

REQUERIMENTO

Eu, _____,
CPF _____, venho requerer, nos termos do art. 98º, § 2º da Lei nº 8112/90, horário especial para servidor com deficiência, mediante avaliação da Junta Oficial em Saúde e a Equipe Multiprofissional e declaro serem verdadeiras as informações prestadas neste formulário e nas entrevistas com a equipe de saúde da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho. Declaro, ainda, estar ciente de que a omissão ou declaração de informações falsas ou divergentes implicam penas legais e medidas judiciais cabíveis.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) servidor(a)

Caso o requerimento seja deferido, estou ciente que:

- Deverei reportar quaisquer disposições médicas quanto à necessidade ou dispensa da necessidade de horário especial;

Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa (...), se o documento é particular.

Parágrafo único – Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte. "

Lei n. 1.171/1994 Anexo, Capítulo I, Seção I, Das Regras Deontológicas, "VIII – Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. "

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) servidor(a)